



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

Rua José Emílio de Gusmão, 565 - Cx. 87111-230  
Fone: (144) 3264 2771 / 3264 2600

### PROJETO DE ALTERAÇÃO A LEI ORGÂNICA Nº 01/1990

036 / 22

**SÚMULA:** Altera o art. 69 e acrescenta o art. 69-A da Lei Orgânica do Município de Sarandi Estado do Paraná, e dá outras providências.

### EMENDA À LEI ORGÂNICA

**Art. 1º** Fica alterado a redação do art. 69 e acrescenta art. 69-A da Lei Orgânica do Município, que passa a vigor da seguinte forma:

*"Art 69. O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos do Município de Sarandi terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, aposentados e pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.*

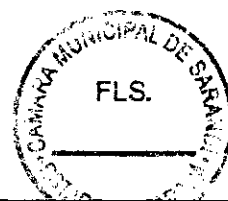
*§ 1º O servidor público será aposentado voluntariamente, por incapacidade permanente ou compulsoriamente, nos termos de lei complementar municipal.*

*§ 2º Fica instituída em 62 anos para mulheres e 65 anos para os homens, a idade mínima para aposentadorias voluntárias dos servidores públicos municipais, titulares de cargo efetivo.*

*§ 3º A idade prevista no parágrafo anterior será reduzida em cinco anos para o servidor titular do cargo efetivo de professor, desde que comprovem o tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil, e no ensino fundamental e médio.*

*§ 4º As idades mínimas previstas nos §§ 2º e 3º somente serão exigidas após a entrada em vigor de lei complementar municipal que discipline os requisitos e critérios de concessão de aposentadoria e pensão por morte, bem como regras de transição de aposentadoria.*

Página 39 de 43





## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI**

Rua José Emiliano de Gusmão, 565 - cep. 87111-230

Fone: (41) 3264-2777 / 3264-8600

**036/22**

**§ 5º O tempo de contribuição federal, estadual, distrital ou municipal será contado para fins de aposentadoria, e o tempo de serviço correspondente será contado para fins de disponibilidade, computando-se o tempo de serviço e de contribuição prestado ao Município para os demais efeitos legais."**

**"Art. 69-A. Cabe ao Município a implantação e gestão de sistema de previdência social para os seus servidores, atendendo aos princípios e normas gerais previstas na constituição Federal e na legislação complementar aplicável, garantindo a participação dos representantes dos servidores nos colegiados.**

**§ 1º A inscrição no Regime Próprio de Previdência Social – RPPS é compulsória para o servidor ocupante de cargo efetivo. O servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como agente público contratado para o exercício da função pública de natureza temporária ou emprego público, vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.**

**§ 2º Os dependentes do servidor e os reconhecidos na qualidade de dependentes do segurado, terão direito à pensão previdenciária na forma de lei complementar municipal.**

**§ 3º O sistema de previdência dos servidores do Município compreende o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS e o Regime de Previdência Complementar – RPC, que serão regidos por legislação própria.**

**§ 4º A contribuição do Município e a de seus servidores e dependentes para o sistema de previdência e assistência será definida na forma de lei específica.**

**§ 5º A Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Sarandi – PRESERV é o**

Página 40 de 43





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

Rua José Emiliano de Gusmão, 565 - cep 87111-230  
Fone: (44) 3264 2777 / 3264 8600

036 / 22

*único responsável pela gestão do RPPS, sendo vedada a existência de outro regime de previdência para ocupantes de cargo efetivo do Município além do referido no § 3º deste artigo.*

*§ 6º Compete ao PRESERV, com exclusividade, a administração, gerenciamento e operacionalização do RPPS, englobando a arrecadação e gestão de recursos e fundos previdenciários, e ainda a concessão, pagamento e manutenção dos benefícios de aposentadoria e pensão por morte.*

*§ 7º Verificada a existência de déficit atuarial, a contribuição ordinária dos aposentados e pensionistas poderá incidir sobre a integralidade do valor dos proventos de aposentadoria e pensões por morte, garantida a isenção de contribuição sobre, ao menos, o valor correspondente a um salário-mínimo, na forma do que for disposto em lei complementar." (NR)*

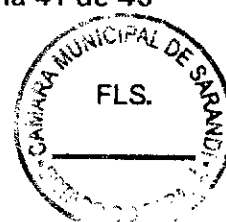
**Art. 2º** Enquanto não entrar em vigor a lei complementar, as aposentadorias e as pensões por morte deverão ser concedidas com base regras previstas no art. 40, § 1º, incisos I, II, III, alíneas a e b, e seus §§ 2º, 3º, 4º, 5º, 7º 8º, 17, 18, 21, da Constituição Federal, nas redações anteriores à EC 103/2019; arts. 2º, 6º e 6º-A da EC 41, 19 de dezembro de 2003 e art. 3º da EC 47, de 5 de julho de 2005.

**Art. 3º** Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação

PAÇO MUNICIPAL, 29 de junho de 2022

  
WALTER VOLPATO  
Prefeito Municipal

Página 41 de 43





## PREFEITURA DO MUNICIPIO DE SARANDI

Rua José Emílio da Costa, 565 - cep 87111-230

Fone: (41) 3264-1111 - 3264-6000

### JUSTIFICATIVA

036 / 22

Tenho a honra de encaminhar à Vossa Excelência, a fim de ser submetido ao exame e deliberação dessa Egrêgia Câmara, o incluso projeto de Emenda Lei Orgânica e projeto de Lei Complementar que objetiva instituir a Reforma da Previdência Municipal.

Em 2019, o Congresso Nacional promulgou a Emenda à Constituição Federal nº 103, que promoveu a Reforma da Previdência, a qual estabeleceu normas de aplicação imediata na União, Estados, Distrito Federal e Município e outras regras cuja vigência exige a edição de lei pelo Município.

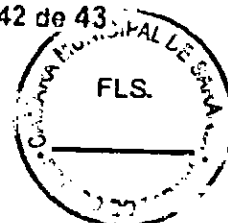
Entre as normas de observância obrigatória, encontra-se a necessidade de observância do equilíbrio atuarial e financeiro dos Regimes Próprios, mediante a demonstração da solvência e liquidez das regras adotadas para o custeio dos benefícios, nos termos do § 1º do artigo 9º da emenda Constitucional nº 103/2019.

O Município de Sarandi atualmente tem um passivo atuarial na ordem de R\$ 253.127.460,24 (duzentos e cinquenta e três milhões, cento e vinte e sete mil, quatrocentos e sessenta reais e vinte e quatro centavos), cujo financiamento está apenas sendo realizado através de aportes de recursos públicos, e o aumento desse passivo pode comprometer a efetivação de outras políticas públicas, tais como educação, saúde e investimento nos demais setores.

Portanto, temos a necessidade de promover alterações na legislação local visando a amenizar o crescimento desse passivo, razão pela qual a inclusa proposta de Emenda e Lei Complementar tem por objetivo estabelecer a idade mínima para a aposentadoria dos servidores públicos municipais, a ajustar as modalidades de aposentadoria definidas pela nova redação da Carta Magna.

E, nesse ponto, é preciso destacar, desde já, que tanto a inclusa alteração quanto as demais propostas legislativas que têm por escopo disciplinar as modificações da legislação local resumir-se a aplicar no Município as mesmas regras que foram introduzidas nacionalmente para os servidores federais.

Ademais foi observado a Nota Técnica SEI nº 12212/2019 a qual trouxe a análise das regras constitucionais da reforma da previdência aplicáveis aos regimes próprios de previdência social dos Entes Federais subnacionais.





## PREFEITURA DO MUNICIPIO DE SARANDI

Rua José Emiliano da Gusmão, 565 - CEP 87111-230

Fone: (11) 3264 8171 / 3264 8600

036 / 22

Por fim, cumpre esclarecer que a Proposta de Emenda à Lei Orgânica e Projeto de Lei Complementar que ora submetemos à análise dos ilustres Vereadores e Vereadoras conta com o referendo das modificações realizadas em nível nacional.

Colocamos à disposição desse Legislativo, para maiores esclarecimentos.

Sarandi, 29 de junho de 2022

  
WALTER VOLPATO  
Prefeito Municipal

